



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

MANDATO DE 2017/2021

ATA N.º.3/2017

-----ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DESTA CÂMARA MUNICIPAL REALIZADA EM QUINZE DE NOVEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E DEZASSETE-----

-----Aos quinze dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezassete, pelas quinze horas, nesta Vila de Mortágua e no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, reuniu o Executivo deste Órgão, conforme o disposto no artigo 40.º da Lei número 75/2013, de doze de setembro, em reunião ordinária sob a presidência do Eng.º José Júlio Henriques Norte, Presidente da Câmara Municipal de Mortágua, eleito pelo PPD/PSD e com a presença dos Senhores Vereadores:-----

-----Eleitos pelo PPD/PSD: Dr. Paulo Alexandre de Oliveira e Dr.ª Emília Maria Almeida Santos Neves Matos.-----

-----Eleitos pelo PS: Dr. Ricardo Sérgio Pardal Marques e Sr. Nelson António Rodrigues Filipe.-----

-----Secretariou a reunião Rosa Maria Ferreira Breda, Coordenadora Técnica.-----

-----Depois de declarada pelo Senhor Presidente aberta a reunião, foram tomadas as seguintes deliberações:-----

I-PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

-----O Senhor Presidente informou na sequência dos incêndios ocorridos a 15 de outubro:-----

-----Que a Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação, da Assembleia da República deslocou-se, no dia 04/11/2017, a Mortágua, tendo visitado as zonas afetadas;-----

-----Que foi criado o Programa Repor destinado a apoiar as empresas cujos ativos foram danificados, total ou parcialmente, pelos incêndios.-----

-----Prestou ainda informações sobre o levantamento que estava a ser efetuado pelo Gabinete de Crise dos danos verificados no Concelho pelos incêndios, e que estava em fase de conclusão, sendo posteriormente apresentado em Reunião de Câmara.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

II.- PERÍODO DA ORDEM DO DIA:-----

1.-APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR:-----

-----Tendo sido previamente distribuído por todos os membros de executivo o texto da ata da reunião ordinária realizada a 03/11/2017, aprovada por unanimidade em minuta e dispensada a sua leitura, a Câmara deliberou por unanimidade aprová-la.-----

2.-INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE:-----

-----O Senhor Presidente, nos termos do artigo 34.º da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, deu conhecimento das decisões tomadas no uso das competências que lhe foram delegadas e das subdelegadas no Vereador.-----

3.-RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente para conhecimento o Resumo Diário da Tesouraria nº. 215, referente ao dia 14 do corrente mês, que depois de rubricado se dá aqui por integralmente reproduzido, ficando arquivado na tesouraria em pasta própria.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

4.-EXPEDIENTE:-----

4.1.-Direção Geral das Autarquias Locais:-----

-----Foi presente o e-mail, de 25 de outubro findo, da Direção Geral das Autarquias Locais através do qual, no seguimento das Eleições Autárquicas e por solicitação da Caixa Geral de Aposentações, alerta as Autarquias Locais e os autarcas recém-eleitos para a necessidade de ser escrupulosamente observada a incompatibilidade do recebimento da pensão de aposentação e da subvenção vitalícia durante o período de exercício de funções políticas, previsto no artigo 9º., nºs 1 a 3, da Lei nº. 52-A/2005, de 10 de outubro, com a redação da Lei nº. 83-C/2013, de 31 de dezembro.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

4.2.-ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES:-----

4.2.1.-Eleitos Locais. Declarações ao Tribunal Constitucional:-----

-----Foi presente a circular referência 71/2017, de 23 de outubro findo, da Associação



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Nacional de Municípios Portugueses, através da qual destaca, no seguimento das eleições realizadas no passado dia 1 de outubro, os seguintes aspetos importantes relativos às declarações que os Presidentes e Vereadores das Câmaras Municipais devem apresentar junto do Tribunal Constitucional.-----

----- *Controle Público da Riqueza dos Titulares de Cargos Políticos.*-----

-----Nos termos do artigo 1º. da Lei nº.4/83, de 2 de abril, na redação dada pela Lei nº. 38/2010, de 2 de setembro, cfr. também o Decreto-Regulamentar nº.1/2000, de 9 de março, os Presidentes e Vereadores das Câmara Municipais (artigo 4º. nº. 1, alínea m), da Lei nº. 4/83) devem apresentar no Tribunal Constitucional, no prazo de sessenta (60) dias contados da data do início do exercício das respetivas funções, declaração dos seus rendimentos, bem como do seu património e cargos sociais.-----

-----Determina ainda aquela Lei, no artigo 2º. nº. 1, que nova declaração, atualizada, é apresentada no prazo de sessenta (60) dias a contar da cessação de funções que tiverem determinado a apresentação da precedente, bem como de recondução e reeleição do titular.-----

-----Sempre que no decurso do exercício de funções se verifique um acréscimo patrimonial efetivo que altere o valor declarado referente a rendimentos, património e cargos sociais em montante superior a cinquenta (50) salários mínimos mensais, deve o titular atualizar a respetiva declaração (artigo 2º., nº.3, alínea m), da Lei nº. 4/83).-----

----- *Incompatibilidade e impedimentos dos titulares de cargos políticos:*-----

-----Também o mesmo prazo – sessenta 60 dias após a tomada de posse - e nos termos da Lei nº. 6/93, de 26/08, com as alterações constante no DL nº. 71/2007, de 27 de março e Lei Orgânica nº. 1/2011, de 30 de novembro, devem os Presidentes e os Vereadores a tempo inteiro das Câmaras Municipais depositar no Tribunal Constitucional declaração de inexistência de incompatibilidades ou impedimentos, donde conste a enumeração de todos os cargos, funções e atividades profissionais exercidas pelo declarante, bem como quaisquer participações iniciais detidas pelo mesmo, sem prejuízo das comunicações por força do artigo 6º. da Lei nº. 64/93, e do artigo 3º. do Estatuto dos Eleitos Locais.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----A não apresentação das declarações acima referidas constitui uma infração que tem como consequência a perda de mandato (artigo 3º. nº.1, da Lei nº. 4/83, artigo 12º., nº. 1 da Lei nº. 64/93).-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

4.2.2.-Incêndios ANACON:-----

-----Foi presente o mail, de 7/11/2017, da Associação Nacional de Municípios Portugueses a remeter o documento da ANACOM – Autoridade Nacional de Comunicações - sobre “Incêndios Florestais– Medidas de Proteção e Resiliência de Infraestruturas de Comunicação Eletrónicas.-----

-----Trata-se de um documento elaborado na sequência da averiguação efetuada pela ANACON do impacto dos incêndios florestais nas infraestruturas das redes de comunicações eletrónicas que contém um conjunto de medidas que visa, entre outros objetivos, melhorar a segurança e a integridade das redes e serviços de comunicações eletrónicas.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

5.-EDUCAÇÃO E JUVENTUDE:-----

5.1.-ESTABELECIMENTOS DE ENSINO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE MORTÁGUA:-----

5.1.1.-Atividades de Enriquecimento Curricular 2016/2017 – Valor efetivo da contrapartida financeira:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o ofício referência 5056, de 31/10/2017, da Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares – Direção de Serviços da Região Centro, a informar que o montante efetivo da contrapartida financeira relativa ao ano escolar 2016/2017, no âmbito das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC), corresponde a trinta e um mil seiscientos e onze euros e vinte e seis cêntimos (31.611,26 €).-----

-----Aquele valor foi apurado em resultado da atualização, em cada período letivo, do número de alunos que frequentaram as AEC, e do número de horas/minutos de AEC garantidos por



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

docentes do quadro do Agrupamento de Escolas.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

5.1.2.-Atividades de Enriquecimento Curricular 2017/2018 - Comparticipação financeira:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o ofício referência 5057, de 31/10/2017, da Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares – Direção de Serviços da Região Centro, através do qual informa, considerando que o Município celebrou com o Ministério da Educação contrato de execução relativo à transferência de competências para os municípios em matéria da educação (Decreto-Lei nº. 144/2008, de 28/07), que a comparticipação a prestar no escolar 2017/2018, no âmbito das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC), corresponde a vinte e nove mil e quatrocentos euros (29.400,00 €).-----

-----Aquele valor pode ser alterado em função da atualização/retificação, do número de alunos que frequentam as atividades, por conjunto de tempos letivos de AEC oferecidos, e do número de horas/minutos de AEC garantidos por docentes do quadro.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

5.2.- JUVENTUDE:-----

5.2.1.-Apoio Natalidade e Famílias:-----

5.2.1.1.-Ratificação de processos:-----

-----Pelo Senhor Presidente foram presentes para efeitos de conhecimento e ratificação os processos de candidatura números 45 a 48 de 2017 para atribuição do Incentivo à Natalidade e Apoio às Família no Concelho de Mortágua que entraram nos serviços e que deferiu nos termos do n.º 1 do artigo 6.º do Regulamento de Incentivo à Natalidade e Apoio às Família no Concelho de Mortágua.-----

-----A Câmara por unanimidade ratificou a decisão tomada pelo Senhor Presidente.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

6.-CULTURA DESPORTO E TEMPOS LIVRES:-----

6.1.-APOIO AO ASSOCIATIVISMO - Investimentos/Atividades Culturais Desportivas e Recreativas:-----

6.1.1.-Associação Cultural Recreativa e Desportiva de Vila Nova – Apoio 22º. Convívio de Pesca Desportiva:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a carta referência 004/2017, datada de 30/10/2017, da Associação Cultural Recreativa e Desportiva de Vila Nova, informando da realização, a 5 de novembro, do seu 22º. Concurso de Pesca Desportiva, e considerando que aquela atividade encontra-se inscrita no seu plano de atividades solicita o apoio financeiro do Município para fazer face às despesas inerentes à mesma.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade atribuir o subsídio de cento e cinquenta euros (150,00 €).-----

-----Por informação da contabilidade existem fundos disponíveis para a assunção da despesa que tem cabimento no orçamento municipal na rubrica 040701 – *Instituições sem fins lucrativos*, e está inscrito nas Opções do Plano do corrente ano no objetivo 02 Cultura Desporto e Tempos Livres, no projeto 2017/5032 – *Atividades Culturais Desportivas e Recreativas*, devendo os serviços de contabilidade proceder ao lançamento do respetivo compromisso.-----

7.-SANEAMENTO E SALUBRIDADE:-----

7.1.-RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS:-----

7.1.1.-Recolha de RU e funcionamento do Centro de Tratamento da Associação de Municípios do Planalto Beirão:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o ofício referência 378, datado 18/10/2017, da Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão, a informar que devido aos incêndios que assolaram a região, houve diversas infraestruturas que ficaram danificadas e que comprometem o normal funcionamento do centro de tratamento de resíduos.-----

-----Assim sendo, e apesar de a recolha ter retomado o seu funcionamento, naquela data,



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

poderão ainda haver alguns constrangimentos, sobretudo ao nível da recolha seletiva.-----

-----Apelando assim à melhor compreensão e tudo farão para que os serviços voltem ao seu funcionamento normal o mais rápido possível.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

8.-ADMINISTRAÇÃO:-----

8.1.-MODIFICAÇÃO POR ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO MUNICIPAL DE 2017:-

-----Considerando a necessidade de reforçar e reajustar diversas rubricas do orçamento Municipal do corrente ano, pelo Senhor Presidente foi presente nos termos do Decreto - Lei número 54-A/99, de 22 de fevereiro, conjugado com a alínea d) do número 1 do artigo 33º. da Lei nº. 75/2013, de 12 setembro, a proposta de modificação por alteração ao orçamento que apresentava os seguintes valores:-----

-----Reforço despesas de capital – zero euros (0,00€) -----

-----Anulação despesas de capital – quarenta mil euros (40.000,00€).-----

-----Reforço despesas correntes – quarenta mil euros (40.000,00).-----

-----Anulação despesas correntes – zero euros (0,00).-----

-----Depois de apreciada a alteração ao Orçamento Municipal a Câmara deliberou, por unanimidade, aprová-la.-----

8.2.-MODIFICAÇÃO POR ALTERAÇÃO ÀS OPÇÕES DO PLANO DE 2017:-----

-----Considerando a necessidade de dotar diversos projetos das Opções do Plano do corrente ano de verbas necessárias à satisfação de compromissos assumidos decorrentes da evolução normal dos empreendimentos em curso, pelo Senhor Presidente foi presente nos termos do ponto 8.3.2.3 do Decreto – Lei número 54-A/99, de 22 de fevereiro, conjugado com a alínea d) do n.º 1 do artigo 33º da Lei número 75/2013, de 12 de setembro, a proposta de alteração às Opções do Plano do corrente ano que apresentava os seguintes valores:-----

-----Modificação de Financiamento definido – dois mil e quinhentos euros (2.500,00 €).-----

-----Modificação de Financiamento não definido – sessenta e cinco mil euros (65.000,00 €).-----

-----Depois de apreciada a alteração às Opções do Plano, a Câmara deliberou por unanimidade



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

aprová-la.-----

8.3.-DESIGNAÇÃO DE VEREADOR PARA A CONSTITUIÇÃO DA ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO PLANALTO BEIRÃO:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o ofício referência 387, datado 31/10/2017, da Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão, solicitando a indicação do Vereador substituto e do Vereador designado desta Câmara para a constituição da nova Assembleia Intermunicipal que elegerá os Órgãos Sociais daquela Associação.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade que fosse indicado como Vereador substituto o Dr. Paulo Alexandre de Oliveira e designado a Vereadora Dr^a. Emília Maria dos Santos Almeida Neves de Matos.-----

8.4.-ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE HASTA PÚBLICA PARA ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS DAS ANTIGAS ESCOLAS PRIMÁRIAS DE SARDOAL, VALE DE CARNEIRO, VILA BOA E FREIXO:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

----- “ Considerando que:-----

-----Compete à Câmara Municipal, como Órgão de gestão do Município, proceder a uma correta definição do uso dos bens móveis de sua pertença.-----

-----A alienação dos ativos dispensáveis para o exercício das competências que lhe são cometidas por lei, constitui uma medida adequada, podendo contribuir através da sua reutilização para a revitalização das áreas onde se integram.-----

-----Existem vários imóveis municipais que se encontram devolutos e os quais dada a sua localização privilegiada, são passíveis de alienação. -----

-----A alienação por hasta pública favorece os princípios gerais da concorrência, da igualdade, da imparcialidade e da transparência e do procedimento administrativo.-----

-----As Escolas do 1º. Ciclo do Ensino Básico de Vale de Carneiro, Vila Boa, Freixo e Sardal encontram-se inativas já há alguns anos, provocando deterioração de ano para ano, sendo por



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

isso necessário fazer obras de conservação com alguma frequência, representam encargos de instalações mensais e são inadequados para instalação de quaisquer serviços municipais. Trata-se de edifícios escolares para os quais não foi apresentado até agora qualquer proposta de utilização pelas respetivas associações e comunidades locais.-----

-----Foi feita a respetiva avaliação pelo responsável pela Divisão de Conservação do Território e Serviços Urbanos e atribuído os valores de:-----

-----Escola Primária de Vale de Carneiro, com o artigo matricial nº. 762, da Freguesia de Espinho – quarenta e cinco mil cento e dez euros (45.110,00 €).-----

----- Escola Primária de Vila Boa, com o artigo matricial nº. 1567, da Freguesia de Espinho – vinte e dois mil setecentos e setenta e cinco euros (22.775,00 €).-----

-----Escola Primária do Freixo, com o artigo matricial nº.26999 da União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio Cortegaça e Almaça – quinze mil seiscentos e vinte e cinco euros (15.625,00 €).-----

-----Escola Primária de Sardoal, com o artigo matricial nº. 1063, da Freguesia de Pala – dezasseis mil e setenta e cinco euros (16.075,00 €).-----

-----Assim, proponho que seja aprovado:-----

-----a) A avaliação acima referida feita aos imóveis;-----

-----b) Nos termos da alínea g) do nº. 1 do artigo 33º. da Lei 75/2013, de 12 de setembro, a alienação dos referido imóveis através de arrematação em hasta pública nas condições e termos previstos no Regulamento da Hasta Pública, que se dá aqui por integralmente reproduzido e que fica apenso à ata da presente minuta.-----

-----c) A seguinte constituição da Comissão da Hasta Pública:-----

-----Presidente – Engº. José Júlio Henriques Norte, Presidente da Câmara;-----

-----Vogais: Dr. Paulo Alexandre de Oliveira, Vereador e Engº. Albano Tomás da Fonseca Duarte, Chefe de Divisão.-----

-----Suplentes: Drª. Sandrine Bento de Matos, Técnica Superior e Engº. Luís Filipe Martins Rodrigues, Técnico Superior.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----d) O Regulamento da Hasta Pública.”-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade retirar do procedimento de hasta pública a Escola de Vale de Carneiro.-----

-----Mais deliberou por unanimidade aprovar: A Avaliação feita aos imóveis das antigas Escolas Primárias de Sardoal, Vila Boa e Freixo; a alienação dos imóveis através da Hasta Pública; O Regulamento da Hasta Pública; a constituição da Comissão da Hasta Pública.-----

8.5.-ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE HASTA PÚBLICA PARA VENDA DE LOTES QUE CONSTITUEM O LOTEAMENTO URBANO MUNICIPAL DA ÁREA DA CERÂMICA DE MORTÁGUA:-----

-----Considerando que, sob proposta da Câmara Municipal, a Assembleia aprovou na sua sessão de 30/06/2016 uma alteração ao Regulamento da Hasta Pública para Venda de Lotes que constituem o Loteamento Urbano Municipal da Área da Cerâmica de Mortágua.-----

-----Considerando que se encontram cumpridos os pressupostos constantes na alínea g) do nº.1 do artigo 25º. da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, estando assim reunidas as condições legais para se proceder à abertura de procedimento de nova hasta pública, não devendo contudo ser colocado ainda à venda o lote nº.38 por questões de consolidação do solo.-----

-----Assim, o Senhor Presidente propôs que:-----

-----1.-Se procedesse nos termos do Regulamento à abertura do Procedimento da Hasta Pública para alienação dos lotes nº.1; 2/3; 4/5; 6/7; 8/9; 10/11; 12/13; 14/15; 20/21; 22/23; do “Loteamento Urbano Municipal da Antiga Cerâmica de Mortágua”, cujas áreas e respetivos preços base de licitação estão identificados no ponto do 2 do Regulamento e no mapa a seguir descritos:-----

Nº. lote	Área	área de construção habitação	Área de construção em cave	Valor corrente de mercado do lote	Valor base da venda
1	463,3	260,0	130,0	14 300,00 €	10 244,50 €
2/3	450,0	260,0	130,0	14 300,00 €	10 045,00 €
4/5	450,0	260,0	130,0	14 300,00 €	10 045,00 €



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

6/7	450,0	260,0	130,0	14 300,00 €	10 045,00 €
8/9	450,0	260,0	130,0	14 300,00 €	10 045,00 €
10/11	450,0	260,0	130,0	14 300,00 €	10 045,00 €
12/13	450,0	260,0	130,0	14 300,00 €	10 045,00 €
14/15	592,2	260,0	130,0	14 300,00 €	12 178,00 €
20/21	450,0	260,0	130,0	14 300,00 €	10 045,00 €
22/23	658,0	260,0	130,0	14 300,00 €	13 165,00 €
38	695,9	240,0	120,0	13 200,00 €	13 018,50 €

2.- A hasta pública seja publicitada, nos termos do nº. 6 do respetivo regulamento, no dia 21/11/2017 por edital, num jornal regional e nacional de grande circulação (Jornal de Notícias e a Defesa da Beira).-----

3.- Nos termos do nº. 9.1. do Regulamento, o ato público de abertura das propostas e da hasta pública para adjudicação dos lotes, tenha lugar no dia 27/12/2017 pelas 10,00 horas, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município.-----

4.- Em cumprimento do nº. 7 do Regulamento a Comissão da Hasta Pública seja constituída por:-----

-----Presidente – Engº. José Júlio Henriques Norte, Presidente da Câmara;-----

-----Vogais: – Dr. Paulo Alexandre de Oliveira, Vereador, Manuel Jorge Gomes Nunes, Coordenador Técnico.-----

-----Suplentes: Engº. Luis Filipe Martins Rodrigues, Técnico Superior e Sandrine Bento de Matos, Técnica Superior.-----

-----5.- O processo, designadamente, a planta síntese do loteamento e Regulamento da hasta pública, estejam patentes para consulta dos interessados nos Serviços Administrativos da Câmara Municipal de Mortágua e no sítio da Câmara Municipal.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a abertura do procedimento da Hasta Pública, bem como a constituição da respetiva Comissão.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

8.6.-ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE HASTA PÚBLICA PARA VENDA DE LOTES QUE CONSTITUEM O LOTEAMENTO URBANO MUNICIPAL DO ANTIGO BAIRRO DOS RETORNADOS:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

----- “Considerando que a Câmara é proprietária de quatro lotes de terreno para construção, sítios na Gândara, União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça, fazendo os mesmos parte do loteamento a que corresponde o alvará de loteamento número 3/2003, de vinte de Novembro.-----

-----Considerando que a finalidade dos lotes se destina a habitação unifamiliar.-----

-----Considerando não existirem muitos terrenos infra-estruturados disponíveis para construção no concelho;-----

-----Considerando o valor dos terrenos:-----

-----Lote 1, com a área total de 682 m², com o artigo matricial 1689 – nove mil e vinte e um euros (9.021,00 €).-----

-----Lote 2, com a área de 402,00 m², com o artigo matricial 16091 – oito mil cento e oitenta e um euros (8.181,00 €).-----

-----Lote 3, com a área de 402,00 m², com o artigo matricial 16093 – oito mil cento e oitenta e um euros (8.181,00 €).-----

-----Lote 4, com a área de 459,00 m², com o artigo matricial 16095 – oito mil trezentos e cinquenta e dois euros (8.352,00 €);-----

-----O que totaliza trinta e três mil setecentos e trinta e cinco euros (33.735,00 €), tendo em conta a avaliação técnica efetuada pelos serviços da Câmara, situa-se abaixo do limiar estipulado na alínea g) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, pertencendo assim à Câmara a competência para a sua alienação.-----

-----Proponho que a Câmara aprove:-----

-----a) A avaliação feita aos imóveis;-----

-----b) A alienação dos lotes números um (1), dois (2), três (3) e quatro (4) do alvará de



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

loteamento acima referido através de hasta pública a que ficará sujeita ao Regulamento da Hasta pública, que se dá aqui por integralmente reproduzido ficando anexo à ata da presente minuta, bem como às Especificações dos Lotes, nos termos do alvará de loteamento número três barra dois mil e três (3/2003), de vinte de Novembro de 2003 e constantes no mapa do Regulamento da Hasta Pública.-----

-----c) O Regulamento da Hasta Pública.-----

-----d) A seguinte constituição da Comissão da Hasta Pública:-----

-----Presidente – Engº. José Júlio Henriques Norte, Presidente da Câmara;-----

-----Vogais: Dr. Paulo Alexandre de Oliveira, Vereador e Engº. Albano Tomás da Fonseca Duarte, Chefe de Divisão.-----

-----Suplentes: Drª. Sandrine Bento de Matos, Técnica Superior e Engº. Luís Filipe Martins Rodrigues, Técnico Superior.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, por unanimidade aprovar: A Avaliação feita aos lotes; a alienação dos lotes através da Hasta Pública; O Regulamento da Hasta Pública; a constituição da Comissão da Hasta Pública.-----

8.7.-LICENÇA PARA TRANSPORTES DE ALUGUER EM VEÍCULOS LIGEIOS DE PASSAGEIROS:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o requerimento de Afonso Henrique Lourenço contribuinte fiscal nº.122241740, com sede na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, nº.31, 3450 - 152 Mortágua, titular do Alvará nº. 122260, emitido pelo Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres em 18/03/2017, válido até 23/03/2021, a requerer a licença para transporte de Aluguer em Veículos Ligeiros de Passageiros (táxi) do seu veículo com matrícula 63-44-MQ, para a afetar ao lugar de estacionamento em regime fixo na Av. Dr. Assis e Santos que lhe está definido por deliberação da Câmara de 5 de novembro de 20013.-----

-----O requerente, possuía a licença T07MRT, emitida em 06/04/2011, para o veículo matrícula 77-70-JG , sendo este pedido motivado pela aquisição de novo veículo, facto que origina a caducidade da referida licença, nos termos da alínea d), do artigo 21º do Regula-



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

mento Municipal da Atividade de Transporte de Aluguer em Veículos de Passageiros.-----

-----A Câmara, considerando que o processo se encontra instruído com os elementos constantes no nº. 2 do artigo 20º. do Regulamento Municipal da atividade de Transportes de Aluguer em Veículos Ligeiros de Passageiros (Táxis) deliberou por unanimidade aprovar a emissão de licença para transporte de Aluguer em Veículos Ligeiros de Passageiros (táxi) do veículo acima referida.-----

-----Deverá proceder o requerente ao pagamento da taxa de duzentos e treze euros e vinte centimos (213,20 €) referente de emissão de licença prevista no artigo 32º, alínea a) do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas e Outras Receitas Municipais.-----

8.8.-PEDIDO DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS DA FESTA DE SÃO MARTINHO DA ASSOCIAÇÃO CULTURAL DA LOURINHA DE BAIXO:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o requerimento, sem data e registado nos serviços em 25/10/2017, com nº.831, da Associação Cultural da Lourinha de Baixo, com sede na Rua de São Martinho, 26, Lourinha de Baixo, Freguesia da Marmeleira, Concelho de Mortágua, com o número de Identificação Fiscal 5050975270, a requerer a isenção de pagamento da taxa de Licença Acidental de Recinto de Diversão Provisória, no valor de vinte e um euros e trinta e cinco centimos (21,35 €) e da taxa de licença Especial de Ruído no valor de dezasseis euros (16,00 €), referente à realização da sua tradicional festa de São Martinho, considerando que face à catástrofe que assolou o Concelho e a Região que decidiram, em reunião de direção daquela coletividade de 21/10/2017, reverter os lucros da mesma para os Bombeiros Voluntários de Mortágua.-----

-----Nos termos nº. 4 do artigo 25º. do Regulamento de Liquidação de Cobrança de Taxas e Outros Receitas Municipais a Câmara pode quando requerido “As associações e fundações desportivas, culturais e recreativas sem fins lucrativos, legalmente constituídas, beneficiam da isenção do pagamento de taxas devidas pelos licenciamento e autorizações exigíveis para a realização de iniciativas e eventos integrados no âmbito das suas finalidades estatutárias.-----

-----Porém, conforme o preceituado no nº. 2 do artigo 16º. da Lei nº. 73/2013, de 3 de



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

setembro, a competência para a concessão de tais isenções ou reduções é da Assembleia Municipal, quando propostas pela Câmara Municipal.-----

-----Assim, a Câmara deliberou por unanimidade propor à Assembleia Municipal a concessão da isenção de pagamento isenção de pagamento da taxa de Licença Acidental de Recinto de Diversão Provisória, no valor de vinte e um euros e trinta e cinco centimos (21,35 €) e da taxa de licença Especial de Ruído no valor de dezasseis euros (16,00 €), à Associação Cultural da Lourinha de Baixo.-----

8.9.-RECURSO DA SENTENÇA INTERPOSTO POR SILVEXPLOR – PROCESSO DE CONTENCIOSO PRÉ-CONTRATUAL Nº. 505/16.1 BEVIS DO SILVEXPLOR – SILVICULTURA UNIPessoal, LDª. VS MUNICÍPIO DE MORTÁGUA:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o ofício datado de 25/10/2017, de Miranda, Barreto & Associados – Sociedade de Advogados, RL, através do qual informa que o Tribunal Central Administrativo Norte, por Acórdão de 20 de outubro de 2017, negou provimento ao Recurso interposto por Framegas & Santos, Lda. e Silvexplor, Silvicultura Unipessoal, confirmando a Sentença do TAF de Viseu.-----

-----Mais informa que já não há recurso ordinário para o Supremo Tribunal Administrativo do processo.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

8.10.-ALMOÇO CONVÍVIO DE NATAL DOS TRABALHADORES DO MUNICÍPIO:

-----O Senhor Presidente propôs que, à semelhança do que vem acontecendo nos anos transatos, se realizasse um almoço convívio de Natal, no dia de 17 de dezembro próximo (domingo), para todo o pessoal desta Autarquia e seus familiares (cônjuges e filhos a cargo) e que o convite fosse extensivo aos Executivos das Juntas de Freguesia.-----

-----Mais propôs que fossem atribuídas prendas aos filhos até 12 anos de idade e que também fosse adquirida uma garrafa de vinho da região para ofertar a cada família.-----

-----A Câmara deliberou aprovar por unanimidade a proposta do Senhor Presidente.-----

-----O Senhor Presidente no uso das competências próprias desencadeará os respetivos



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

processos de fornecimentos e de prestação de serviço necessários, de acordo com a alínea a), do número 1, do artigo 20º. do Código dos Contratos Públicos.-----

9.-LOTEAMENTOS E OBRAS PARTICULARES:-----

9.1.-DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE DA 1ª. PRORROGAÇÃO DE LICENÇA DO PROCESSO DE OBRAS Nº. 01/2013/3, DE RECONSTRUÇÃO – ARRUMOS:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o processo nº. 01/2013/43, em nome de Fernando António Lino, residente em Rua Principal, Freguesia de Trezoi, referente à reconstrução de um anexo para arrumos, com vista à declaração de caducidade daquele processo de operação urbanística.-----

-----Analisado o processo, constata-se que:-----

-----1.-Foi emitido alvará de obras de construção n.º 93/2013, cujo prazo de validade teve início a 16/12/2013 e termo a 23/02/2016.-----

-----2.-Foi posteriormente emitida uma prorrogação válida até 23/02/2017.-----

-----3.-As obras não foram concluídas no prazo fixado na licença, ou suas prorrogações, contado a partir da data de emissão do alvará.-----

-----4.-Em 08/03/2017 foi emitido, pelo Chefe de Divisão Planeamento e Administração do Território, Parecer Técnico, em que, considerando após análise das informações dos Serviços Administrativos e dos *Serviços de Fiscalização Municipal verifica-se que nos termos do disposto da alínea d), do n.º3 do artigo 71º. do RJUE, o Alvará de licença de construção terminou atendendo ao prazo previsto para conclusão da empreitada, em 23.2.2017, propõe que:* "Seja declarada a respetiva caducidade, nos termos do n.º 5 do artigo 71º., após audiência prévia do interessado; - O interessado requeira a renovação – nova licença, prevista no RJUE, no artigo 72º. do DL n.º555/99, alterado pelo DL n.º.136/2014, de 9 de setembro".-----

-----5.- Em 10/03/2017 foi emitido Despacho pela Vereador com competência delegada que determina que: *"Tendo em consideração que o prazo de execução de obra terminou a 23/02/2017, e o teor do Parecer Técnico emitido a 08/03/2017, notifique-se o Requerente*



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

para no prazo de (10) dez dias a contar da sua notificação, exerça o seu direito de audiência expondo, por escrito, o que tiver por conveniente, sob pena de ser declarada a caducidade da licença de obras, ao abrigo do preceituado no n.º 5 do artigo 71.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação e dos artigos 121.º e 122 do Código do Procedimento “-----

-----6.- Em 22/03/2017 foi o requerente notificado pelo ofício n.º DAGF/AG – 614, do teor do referido despacho, no qual lhe foi concedido o prazo de 10 dias, para nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 121.º e 122.º do CPA (Audiência Prévia), vir dizer, por escrito o que se lhe oferecesse relativamente ao teor do mesmo. Aquele prazo terminou em 10/04/2017, sem que nada viesse dizer ou apresentar. -----

-----Assim, atendendo que:-----

-----1.-A licença ou autorização para a realização das operações urbanísticas relativas à edificação caduca «se as obras não forem concluídas no prazo fixado na licença ou na autorização ou suas prorrogações, contado a partir da data da emissão do alvará», conforme previsto no artigo 71.º, n.º 3, alínea d) do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação. -----

-----2.-A caducidade referida no citado artigo não tem, contudo, carácter automático. Na verdade, conforme ressalta do n.º 5 do citado artigo «A caducidade prevista na alínea d) do n.º 3 é declarada pela câmara municipal, com audiência prévia do interessado».-----

-----3.-O caso em apreço, reflete uma circunstância objetiva de ultrapassagem de prazo, a caducidade já se encontrará constituída, sendo que a declaração de caducidade por parte da Câmara Municipal terá uma eficácia meramente declarativa, até porque, se encontra acometida ao Município uma obrigação legal de pronúncia administrativa no sentido de declarar a caducidade do licenciamento.-----

-----O Senhor Presidente propôs que a Câmara Municipal aprecie e delibere: -----

-----1.- Notificar o Requerente que é intenção do Executivo declarar a caducidade do processo n.º 01/2013/43, que deu origem à emissão do alvará de obras de construção n.º 93/2013, cujo término (última prorrogação) ocorreu em 23/02/2017, ao abrigo do disposto na alínea d)



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

do n.º 3 do artigo 71.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação.-----

-----2.- Conceder ao Requerente o prazo de dez (10) dias úteis, para dizer o que se lhe oferecer sobre o assunto, a fim de ser tomada a decisão final, conforme o disposto no artigo 71.º, n.º 5 do RJUE em conjugação com o estatuído nos artigos 121º e 122º do Código de Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro.--

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a intenção de declarar a caducidade do processo n.º 01/2013/43, que deu origem à emissão do alvará de obras de construção n.º n.º.93/2013, e conceder ao Requerente o prazo de dez (10) dias úteis, para se pronunciar nos termos do disposto no artigo 71.º, n.º 5 nos termos dos artigos 121º e 122º do Código de Procedimento.-----

9.2. DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE DA DE LICENÇA DO PROCESSO DE OBRAS Nº. 01/2015/140, DE ALTERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO ANTIGO EDIFÍCIO DA JUNTA DE FREGUESIA DE CERCOSA E TRANSFORMAÇÃO EM HABITAÇÃO:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o processo n.º. 01/2015/140, em nome da Freguesia de Cercosa, referente à Alteração e ampliação do antigo edifício sede da Junta de Freguesia de Cercosa e transformação em habitação, com vista à declaração de caducidade do licenciamento para a realização da operação urbanística.-----

-----Depois de analisado o processo verifica-se que:-----

-----1.-O pedido de licenciamento supra mencionado foi deferido por despacho de 22/01/2016, tendo sido comunicado tal facto ao requerente pelo ofício referência DAGF/AG – 541, de 29/01/2015, e que o mesmo dispunha de 1 ano para requerer o respetivo alvará de construção, sob pena de caducidade do mesmo.-----

-----2.-Nunca foi entregue qualquer pedido para requerer a licença estando o prazo ultrapassado.-----

-----3.- Em 16/02/2017 foi emitido Despacho pela Vereador com competência delegada que,



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

considerando que terminou o prazo de um ano estabelecido no n.º 2 do artigo 71.º do RJUE, para ser requerida a emissão de alvará de licença, sem que a Requerente tenha procedido em conformidade, determinou que se notificasse a requerente para no prazo de dez (10) dias exercer o seu direito de audiência expondo, por escrito, o que tiver por conveniente, sob pena de ser declarada a caducidade da licença, em cumprimento do preceituado no n.º 5 do artigo 71.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação e dos artigos 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo.-----

-----4.-Em 22/02/2017 foi o requerente notificado pelo ofício n.º DAGF/AG – 384, do teor do referido despacho, no qual lhe foi concedido o prazo de dez (10) dias, para nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 121.º e 122.º do CPA (Audiência Prévia), vir dizer, por escrito o que se lhe oferecesse relativamente ao teor do mesmo. Aquele prazo terminou em 10/04/2017, sem que nada viesse dizer ou apresentar. -----

-----5.-De acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 71.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, a licença caduca se não for requerido a emissão do respetivo alvará no prazo estipulado e respetivas prorrogações.-----

-----Conforme o estabelecido no n.º 5 do citado artigo, a caducidade deve ser declarada pela Câmara Municipal, com audiência prévia do interessado.-----

-----Assim, atendendo que:-----

-----1.-A licença para a realização das operações urbanísticas relativas à edificação caduca «se no prazo de um ano a contar da notificação do ato de licenciamento não for requerida a emissão do respetivo alvará», conforme previsto no artigo 71.º, n.º 2, alínea d) do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação. -----

-----2. -A caducidade referida no citado artigo não tem, contudo, carácter automático. Na verdade, conforme ressalta do n.º 5 do citado artigo «A caducidade prevista no n.º 2 é declarada pela câmara municipal, com audiência prévia do interessado».-----

-----3 -O caso em apreço, reflete uma circunstância objetiva de ultrapassagem de prazo, a



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

caducidade já se encontrará constituída, sendo que a declaração de caducidade por parte da Câmara Municipal terá uma eficácia meramente declarativa, até porque, se encontra acometida ao Município uma obrigação legal de pronúncia administrativa no sentido de declarar a caducidade do licenciamento.-----

-----O Senhor Presidente propôs que a Câmara Municipal aprecie e delibere: -----

-----1.- Notificar o Requerente que é intenção do Executivo ao abrigo do n.º 2 do artigo 71.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, declarar a caducidade do ato que deferiu o licenciamento da operação urbanística, atendendo a que o requerente não requereu a emissão do alvará no prazo de um ano e sua prorrogação.-----

-----2.- Conceder ao Requerente o prazo de dez (10) dias úteis, para dizer o que se lhe oferecer sobre o assunto, a fim de ser tomada a decisão final, conforme o disposto no artigo 71.º, n.º 5 do RJUE em conjugação com o estatuído nos artigos 121.º e 122.º do Código de Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro.--

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade notificar o Requerente que é intenção do Executivo ao abrigo do n.º 2 do artigo 71.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, declarar a caducidade do ato que deferiu o licenciamento e conceder o prazo de dez (10) dias úteis, para se pronunciar, conforme o disposto no artigo 71.º, n.º 5 do RJUE em conjugação com o estatuído nos artigos 121.º e 122.º do Código de Procedimento Administrativo (CPA) .-----

9.3.-REQ.º 352/2016, PROCESSO Nº. 01/2016/100, REQUERIDO PELA REPSOL GÁS DE PORTUGAL, S.A. PARA ALTERAÇÃO DE INSTALAÇÃO DE ARMAZENAGEM DE GPL – CLASSE A1, NO POLO INDUSTRIAL DE VALE DE BORREGÃO, MARMELEIRA – vistoria final:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o processo nº. 01/2016/100, cujo requerente é Repsol Gás Portugal, SA para licenciamento da alteração de instalação de armazenagem de GPL



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Classe A1, Rua Democrática, no Polo Industrial de Vale de Borregão, Freguesia da Marmeleira.-----

-----Analisado o processo verifica-se, que de acordo com a deliberação de aprovada na Reunião de Câmara de 23/08/2017, se procedeu em 27/09/2017 à realização da “Vistoria Final” às instalações em questão.-----

-----Do Auto de Vistoria datado de 27/09/2017 efetuado nos termos e para efeitos de emissão de licença de exploração nos termos do n.º 5 do artigo 12.º do Decreto – Lei n.º 217/2012, de 9 de outubro, em que foram peritos Arnaldo Duarte Araújo Borges Ferreira, Chefe da DPAT, Eng.º Albano Tomaz da Fonseca Duarte Chefe da DCTSU, Gilberto Simões, Fiscal Municipal Eng.º Luís Filipe Martins Rodrigues, Comandante Operacional da Proteção Civil Municipal e Eng.º João Pereira representante do Instituto Tecnológico do Gás (ITG), nomeados para o efeito em concluíram estes o seguinte:-----

-----“ Efetuada a vistoria e com base no Relatório do ITG – Instituto Tecnológico do Gás, são os peritos de parecer que a instalação está em condições de ser utilizada, tendo sido cumprido o projeto aprovado e demais condicionalismos do licenciamento, nada havendo a opor à emissão da licença de utilização e de exploração nos termos do Dec. Lei n.º 217/2012, de 9 de outubro”.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a emissão da licença de utilização e de exploração da instalação de armazenagem de GPL – Classe A1, Rua Democrática, no Polo Industrial de Vale de Borregão, Freguesia da Marmeleira.-----

9.4.-REQ.º. 429/2017, PROCESSO N.º. 01/2017/124, REQUERIDO POR PETRÓLEOS DE PORTUGAL – PETROGAL, S.A PARA INSTALAÇÃO DE ARMAZENAGEM DE COMBUSTÍVEIS – CLASSE A2, NO EMPREENDIMENTO TURÍSTICO – VALE DA AGUIEIRA – CRAFTUNCHO – PARCELA D:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o processo n.º. 01/2017/124, Req.º. 429/2017, cujo requerente é a Petróleos de Portugal- Petrogal, SA, com o n.º. de identificação fiscal 500697370, com sede em Rua Tomás da Fonseca, Torre C, 1600 – 209 Lisboa, para



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

licenciamento simplificado de Classe A2 de uma instalação de armazenagem de combustível, referente a um reservatório de GPL de 22,2 m³ a implantar nas instalações do Empreendimento Vale da Aguieira, sito em Vale da Aguieira – Parcela D (Crafuncho), União de Freguesia de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça.-----

-----Sobre o processo foi emitido em 18/07/2017 o Parecer Técnico pelo Chefe de Divisão do Planeamento e Administração do Território que seguir se transcreve:-----

-----“Na sequência da análise do processo e ainda das informações:-----

-----. Dos Serviços Administrativos Municipais (fl.73), verifica-se que:-----

-----. Se trata de um “licenciamento simplificado” previsto nos artigos 19º. da portaria 1515/2007 aditada à portaria nº.1188/2002 pelo que se propõe a sua aprovação superior.-----

-----. A operação urbanística esta em conformidade com os instrumentos de gestão territorial e outras normas legais e regulamentares do RJUE.-----

-----. Área de implantação da obra: 132 m².-----

-----. Não carece de projetos da especialidade .-----

-----. Antes de iniciar a exploração, o equipamento carece de Vistoria Final – Licença de Utilização (executada por uma EL . entidade inspetora sob solicitação da entidade licenciadora – CMM),prevista no nº.2,3 e 4 do artigo 18º. da portaria 1515/2007 e ainda no artigo 14º. do DL nº. 217/2012, de 9 de outubro, para que possa ser aferida a conformidade das instalações com os requisitos legais aplicáveis.-----

-----. Nos termos do disposto do nº. 1 e 3 do artigo 14º. do DL nº. 217/2012 de 9 de outubro, o titular da licença de exploração deve comprovar previamente que dispõe de seguro de responsabilidade civil, adequado, que cubra os riscos associados à atividade”.-----

-----As Taxas devidas pela emissão da respetiva emissão de alvará constantes no processo são no valor de cento e cinquenta e cinco euros e sessenta e sete cêntimos (155,67 €) .-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a instalação de armazenagem de combustível, referente a um reservatório de GPL de 22,2 m³ a implantar



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

nas instalações do Empreendimento Vale da Agueira, sito em Vale da Agueira – Parcela D (Crafuncho), União de Freguesia de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça.-----

9.5.-REQUERIMENTO Nº. 625/2017 DE PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO EM COMO O PRÉDIO RÚSTICO 15108, DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE MORTÁGUA, VALE DE REMÍGIO, CORTEGAÇA E ALMAÇA FOI ATRAVESSADO A SUL PELA ESTRADA MUNICIPAL:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o requerimento de Joana Simões, na qualidade de solicitadora, titular da cédula profissional nº. 7155, emitida pelo Conselho Regional do Norte da Câmara dos Solicitadores, com domicílio profissional sito na Rua Dr. José Lopes de Oliveira, edifício Primavera, nº.5, 1º. Andar, escritório 4, na Vila de Mortágua, a requerer nos termos do disposto no artigo 150º. , 1º. do Estatuto da Ordem dos Solicitadores e de Agentes de Execução, a requerer a emissão de certidão comprovativa de que o prédio rústico inscrito na matriz sob o artigo 15108, da União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça, Concelho de Mortágua, que teve origem no artigo matricial 5786, da extinta Freguesia de Mortágua, confronta atualmente a Sul com a Estrada Municipal.-----

-----O Parecer Técnico emitido, em 04/10/2017, pelo Chefe de Divisão de Planeamento e Administração do Território conclui que “nada há a opor à passagem da certidão comprovativa que o prédio em questão confronta a sul com a Estrada Municipal”.-----

-----A Câmara depois de apreciado o assunto, e considerando o Parecer Técnico do DPAT, deliberou por unanimidade emitir a certidão solicitada.-----

9.6.-PROCESSOS DE CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE OU AMPLIAÇÃO DE COMPARTES:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o processo nº. 10.2017.31, de Maria Teresa Henriques de Almeida e Sousa Lobo, na qualidade de proprietário do prédio rústico inscrito na matriz da Freguesia de Sobral com o artigo 18458 no local denominado “Poça Redonda”, sito em Sobral, Freguesia de Sobral a com a área de 0,029000 ha e solicitando a emissão do parecer nos termos do número 1, do artigo 54º., da Lei número 64/2003, de vinte e três de agosto,



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

para constituição de compropriedade ou ampliação do número de compartes do mesmo para efeitos de registo de escritura de doação a favor de Maria Cristina Gomes Rafael e Maria Odete Rafael.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, e considerando o parecer técnico constante no processo deliberou por unanimidade emitir parecer favorável à pretensão.-----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:**-----

-----Não se registou a presença de qualquer Munícipe.-----

-----E, nada mais havendo a tratar, foi pelo Senhor Presidente declarada encerrada a reunião pelas dezoito horas.-----

-----Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata que vai ser assinada por mim

Rosa Maria Ferreira Breda

Secretário do Órgão

e pelo Senhor Presidente.-----